

Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana-MG (XVIII XX)./ Juliana Cesário Hamdan, Marcus Vinicius Fonseca, Rosana Areal de Carvalho, organizadores. -Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

Between the seminary and the school group: the history of education in Mariana, Minas Gerais (XVIII XX)./ Juliana Cesario Hamdan, Marcus Vinicius Fonseca, Rosana Areal de Carvalho, organizers. -Beautiful Horizon: Mazza Editions, 2013.

Resenhado por : Tatiana Aparecida Pereira¹

O livro “*Entre o seminário e o grupo escolar: a história da educação em Mariana-MG (XVIII- XX)*” apresenta um conjunto de artigos sobre a Educação em Mariana-MG, evidenciando dessa forma diferentes modelos educativos e seus múltiplos sujeitos. Lançado em 2013, a obra é estruturada em oito artigos elaborados em diferentes programas de pós-graduação, apresentando diferentes abordagens como: professores, instituições, religiosos, políticos, imprensa, crianças entre outros, discorrendo assim com uma variada gama de fontes. Faz parte do Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil (1822-2022) e tem como organizadores os autores; Juliana Césario Hamdam, Marcus Vinícius Fonseca e Rosana Areal de Carvalho. A cidade foi escolhida, já que é uma das mais antigas da região e seus estudos refletem para questões de cunho nacional, além de ter um importante papel na produção acadêmica.

Os textos apresentados no livro são voltados para o século XVII- XIX contudo observa-se a presença de um trabalho no período mais repressivo da Ditadura Militar, no Brasil “ Educação nos tempos de Chumbo: uma visão do pensamento conservador católico nas paginas do jornal *O Arquidiocesano*.

O livro inicia-se com o trabalho “*O Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte na construção da nação: debates políticos e propostas educacionais*”, de Gabriela Berthou de Almeida, indaga os principais embates entre o Bispo Dom Frei

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora

José da Santíssima Trindade e o professor Antonio Jose Ribeiro Bhering, em relação ao seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, que foi fundado em 1750 pelo Dom Frei Manuel da Cruz e destinava não somente aos indivíduos que almejavam se tornar padres, mas também a todos àqueles que tinham condições financeira de usufruir de tal ensino. A instituição passou por diversas crises econômicas que culminou posteriormente o seu fechamento. Dom Frei Jose da Santíssima Trindade, nasceu na cidade de Porto, em 1762, seu governo eclesiástico, foi considerado um dos mais confusos, visto que era um momento de intensas transformações no país, se posicionava claramente contra a liberdade de imprensa. Em 1820 assume a diocese mineira e 1821 abriu novamente o seminário, já Antonio Jose Ribeiro Bhering, nasceu em Ouro Preto em 1803, atuou como político, professor, sacerdote, além de colaborar com vários periódicos locais e nacionais. Ambos religiosos acreditavam na importância da igreja católica na sociedade, entretanto a discordância conflituosa se deu a partir de opiniões diferentes, no que diz respeito à administração do Seminário e os conteúdos a serem estudados no mesmo. Dom Frei Jose, se posicionava contra a implantação de disciplinas de ciências no seminário e também a necessidade da aprovação do Conselho para reformular as normas que administravam a instituição, Antonio Jose Ribeiro Bhering defendia o ensino das ciências nesse ambiente, o espaço também para o sacerdote deveria ser um lugar para a socialização de conhecimentos de qualquer indivíduo.

Em linhas próximas Diana de Cassia Silva, em *“Ser mestre de primeiras letras no termo de Mariana: desafios de uma profissão em construção (1772-1835)”* evidencia que a partir de 1772, foi estabelecido um conjunto de regras com o intuito de descrever o perfil do professor, os conteúdos a serem dados nas aulas e os vencimentos destinados para a educação, nesse sentido “ a medida que os anos se passavam, a escola era transformada em um espaço para cumprimento da promessa legislativa de formar bons cidadãos” (p.33). A articulista apresenta como essas mudanças foram se constituído ao longo dos anos, focando sobretudo em aspectos pautados nas condições de trabalho dos educadores no período. Traz ao longo do texto tabelas que demonstram um desafio enfrentado pelos professores em seu trabalho; pagamentos não ocorriam nas datas corretas e atrasos de mais de dois anos eram comuns, Diana de Cassia Silva analisa ainda inventários dos mestres do século XVII e XIX, buscando compreender uma série de relações sociais e materiais, percebendo assim uma grande escassez de móveis nas instituições onde se ministravam as aulas. Enfatiza que tais espaços e a

estrutura do mesmo, “não faziam parte das preocupações do Estado no sentido de criar condições para aprendizagem no século XVIII”.(p.41)

Acrescenta-se ainda, o “*Perfil dos domicílios com crianças nas escolas de instrução elementar da cidade de Mariana (1831)*”, de Marcus Vinicius da Fonseca, tem por finalidade tratar de processos sobre a escolarização, tendo como base as famílias em torno das escolas de instrução elementar, na cidade de Mariana, no ano de 1831. O autor chama a atenção da importância das listas nominativas de habitantes nessa pesquisa, esse material é fundamental para o campo de estudo, já que possuem informações que apresentam a relação entre os indivíduos que moravam no domicílio, as listas expõem elementos detalhados sobre o indivíduo, se esse é livre ou escravo, o nome, idade, grau de parentesco ou de relação com o chefe do domicílio, estado conjugal, cor, naturalidade, ocupação e dados sobre a atividade econômica. Marcus Vinicius da Fonseca destaca que a cidade citada acima, se tratando da classificação racial era predominantemente negra, criou ainda categorias para apresentar as unidades de domicílios existentes, essa classificação apresenta-os a partir de um modelo de classificação do tipo familiar, usando como referência o chefe do domicílio familiar. Um dos fatores que mais chamam atenção durante o trabalho é sobre o perfil dos domicílios com sujeitos em processo de escolarização é daqueles que eram chefiados por mulheres, pois representavam um total de 41%, contrapondo ideias tradicionais de como era vista a mulher naquele período.

Em seguida é apresentado “*Práticas educativas das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo em Mariana, no século XIX*”, de Ana Cristina Pereira Lage analisa cartas entre a primeira superiora das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, nos anos de 1849 até 1854, na cidade de Mariana (MG) e a sede da congregação em Paris, segundo a autora as correspondências evidenciam além de informações que circulavam entre as duas cidades, demonstravam preocupação em constituir os costumes e as práticas das Filhas de Caridade no país e também a concretização e adequação do Colégio Providência na localidade, são documentos de suma importância, visto que representam um registro do funcionamento, do cotidiano e dos principais embates da instituição. Ana Cristina Pereira Lage, descreve o caminho percorrido pelas 12 Filhas de Caridade, vindas de Paris em 1849, a partir da solicitação feita pelo Bispo de Mariana, D. Antonio Ferreira Viçoso, desejando por sua vez, consolidar a educação

feminina no estado , as senhoras ainda “ viriam para cuidar dos pobres e educar meninas, cuidar de moças em geral, mas principalmente das órfãs” (p.72).

Assim também temos *“Política e educação: enlaces e entrelaces no relatório de 1911 do Grupo Escolar de Mariana”*, das autoras Rosana Areal de Carvalho e Livia Carolina Viera, investigam a reelaboração da legislação no cotidiano do Grupo Escolar de Mariana instalado em 08 de agosto de 1909, cujo ambiente é dividido por diversos sujeitos que ocupavam distintas posições e opiniões sociais. As autoras explanam as mudanças trazidas pela Reforma João Pinheiro de 1906, que autorizava o governo a reformar o ensino normal e primário em Minas Gerais e como a mesma foi se consolidando. Nessa perceptiva utilizando um relatório de 1911, assinado pelo diretor José Ignácio de Souza e o inspetor escolar Francisco Leocádio Araújo, as articulistas o analisam para uma maior compreensão da realidade e propõem uma comparação com a legislação vivida naquele momento. O documento traz à tona informações de suma importância como: os trabalhos realizados no grupo, professorados, alunado, exames, material didático e escolar, caixa escolar, frequência, matrícula entre outros. Rosana Areal de Carvalho e Livia Carolina Viera sinalizam dois lados no que diz a respeito ao relatório, um diz a respeito de um ensino aos modelos e preceitos republicanos e por outro lado a docência como missão e vocação, enfatizam que “ao longo do século XIX e culminando com o advento da república, a escola e a educação foram apropriadas pelo Estado em detrimento da esfera doméstica e da influência religiosa” p.110).

Nessa perspectiva, *“O Grupo Escolar de Mariana e a difusão do ideário político-social republicano”* de Rosana Areal de Carvalho e Fabiana de Oliveira Bernardo, delinea considerações sobre a Caixa Escolar “Gomes Freire”, do Grupo Escolar de Mariana, no que se refere à sua relação com diversos mecanismos organizados pela república, com o intuito de proporcionar a consolidação da educação pública no estado no início do século XX, buscam ainda perceber as ações do grupo escolar e seus efeitos, para essa análise as autoras utilizam fontes oficiais e não oficiais. Ao longo do texto as autoras elucidam como se deu a concretização do grupo escolar em questão e como alterações significativas desse novo modelo de escolas graduadas modificaram o cotidiano das famílias, destacam especialmente o tempo e o espaço escolar, comentam ainda que “o ensino nas escolas graduadas tinha dia e hora para começar e terminar. A educação não privilegiava de forma diferenciada qualquer alunos

nestes termos (p.177).” Por fim expõem que a Caixa Escolar Gomes Freire foi uma iniciativa coligada a república, tais recursos eram provenientes dos seus sócios, das gratificações não recebidas pelos educadores e funcionários e de algumas atividades desenvolvidas no local; eram empregados na aquisição de uniformes, material didático, remédios e alimentação, destinados a alunos de menor poder aquisitivo.

A partir de um estudo mais amplo, “*Do método intuitivo à Escola Nova: o caso do Grupo Escolar de Mariana)*” 1906-1932, das autoras Juliana Cesário Hamdan, Fernanda Amaral Mota e Taciana Santana de Oliveira, exibem os resultados de um projeto de pesquisa que investigava como o Grupo Escolar de Mariana se adaptou as orientações do Método Intuitivo no período de 1909 a 1932 e o articulam com os programas propostos pela Reforma João Pinheiro e de Francisco Campos em Minas Gerais, para tal ponderação as estudiosas se debruçaram no acervo documental da referida instituição e destacam que os registros analisados revelam que a mesma buscou ações para se inserir no modelo de grupo escolar e se organizar pedagogicamente a partir das indicações do método intuitivo. Ao longo do artigo é feita uma reflexão de como o grupo escolar foi se impondo na sociedade e como ocorreram alguns debates educacionais que defendiam uma renovação pedagógica, a partir dos pensadores intitulados “Pioneiros da Escola Nova”.

Em um período posterior dos trabalhos anteriores, temos o texto de Gabriela Pereira da Cunha, “*Educação nos tempos de chumbo: uma visão do pensamento conservador católico nas paginas do jornal O Arquidiocesano*”, onde a autora tenta compreender a partir da análise de jornais como as esferas conservadoras da Igreja, produziam discursos e representações sobre a Educação no período da Ditadura Militar. Destaca que esse momento atingiu toda sociedade civil, a educação passou a ser controlada de forma intensa. Sobre o periódico Arquidiocesano Lima elucida que o jornal, foi fundado em 1959 por Dom Oscar de Oliveira, continha artigos e notícias variados desde uma nota simples a denúncias, produzia também o discurso do governo militar, que atrelava família a Pátria, onde a família era tida como a principal responsável pela educação, contudo os jornais não tracejam inquietudes quanto aos assuntos pedagógicos e organizacionais da escola, a autora destaca que a Igreja exercia influência não apenas nos colégios confessionais, mas também nas escolas laicas, principalmente as públicas. Finaliza expondo que jornal tinha como caráter em destaque publicações pela moralização e evangelização de seus leitores.

O conjunto dos estudos apontam as preocupações com a Educação naquele momento e como ela foi sendo construída e consolidada em meio a intensas disputas. É fundamental destacar que os artigos aqui apresentados além de revelarem um pouco da historiografia da cidade de Mariana/MG expõem a importância que tais discussões tiveram em âmbito nacional. Sendo assim uma obra imprescindível para a História da Educação Brasileira.